

Concessão prevê melhorias para o Parque da Cidade

Espaço seguirá gratuito e projeto prevê investimento de R\$ 1,8 mi

Divulgação/Prefeitura de Valinhos

O Parque da Cidade Ayrton Senna da Silva, em Valinhos, está mais próximo de receber uma série de novas atrações e serviços. A Câmara Municipal aprovou, na terça-feira (16), o projeto de lei que autoriza a concessão de uso de áreas específicas do espaço para exploração de atividades pela iniciativa privada. A proposta prevê investimentos mínimos de R\$ 1,8 milhão para implantação e ampliação de equipamentos e serviços, sem utilização de recursos públicos.

A medida tem como objetivo ampliar a experiência dos visitantes, fortalecer o turismo local e garantir a manutenção dos atrativos do parque, considerado um dos principais espaços públicos de convivência e lazer do município.



Todos os serviços serão operados pela futura concessionária e fiscalizados pelo município

Novas opções

Entre as atividades previstas estão a continuidade da operação dos pedalinhos e a ampliação das atrações náuticas, com a implantação de caiaques e novos equipamentos. O projeto também contempla locação de bicicletas e patinetes elétricos, além da instalação de tirolesa, arvorismo, espaços gastronômicos e a realização de eventos culturais e esportivos.

Todos os serviços serão operados pela futura concessionária e fiscalizados pelo município.

De acordo com o secretário de Governo, Rodrigo Paulo Ribeiro, o Big, a proposta possibilita a modernização do parque e a ampliação das atrações sem reduzir inves-

timentos em setores como saúde, educação e segurança.

Parque continua público

A administração municipal destaca que a concessão não envolve todo o Parque da Cidade. O espaço permanecerá sob propriedade e fiscalização do município. O contrato abrangerá apenas a implantação, operação e manutenção de atrações, equipamentos e serviços específicos. O acesso ao parque continuará gratuito, sem cobrança de ingresso ou taxas para utilização das áreas comuns.

O contrato terá duração de 15 anos, prazo definido para garantir a viabilidade econômica dos

investimentos previstos. Ao final desse período, todas as benfeitorias permanentes realizadas pela empresa responsável passarão a integrar o patrimônio público municipal.

Contrapartidas

Além dos investimentos em infraestrutura e serviços, o município passará a receber uma participação mensal na receita gerada pela operação. O percentual mínimo previsto é de 5% sobre o faturamento bruto da concessionária, com possibilidade de reinvestimento dos recursos em melhorias para a população.

Com a aprovação da lei, a

Prefeitura dará continuidade à elaboração do edital e aos procedimentos para realização da licitação pública que definirá a empresa responsável pelos investimentos e pela operação das atividades previstas.

A expectativa é que a publicação do edital ocorra ainda em junho. A administração municipal projeta que a ampliação das atrações contribua para consolidar o Parque da Cidade como um dos principais destinos de lazer do Circuito das Frutas, atraindo visitantes, movimentando a economia local e ampliando as opções de entretenimento para moradores e turistas.

Rede de Ensino de Indaiatuba obteve reconhecimento de encontro nacional

Divulgação/Prefeitura de Indaiatuba

Indaiatuba passou a integrar o grupo de experiências educacionais reconhecidas nacionalmente por suas contribuições à educação integral. O município recebeu destaque durante o Encontro Nacional de Experiências Inspiradoras em Educação Integral em Tempo Integral, realizado na última semana, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte.

Projeto reconhecido

A Rede Municipal de Ensino de Indaiatuba foi selecionada com o projeto "Por uma Escola Antirracista", desenvolvido entre 2022 e 2023 na EMEB do Complexo Educacional "Prof.ª Laura Fahl Corrêa". A iniciativa surgiu com o objetivo de enfrentar situações de racismo no ambiente escolar e



"Por uma Escola Antirracista" foi destacado no evento

ampliar ações voltadas à valorização da diversidade étnico-racial.

Entre as atividades realizadas estiveram formações continuadas para educadores, ações interdisciplinares, atividades relacionadas à história e à cultura afro-brasilei-

ra e indígena, além da criação de uma comissão escolar responsável pelo acolhimento e encaminhamento de casos de racismo.

Segundo as informações, os resultados apontaram avanços no fortalecimento da autoestima e da

identidade dos estudantes, maior preparo dos profissionais da educação para abordar questões étnico-raciais e a construção de um ambiente escolar mais participativo, acolhedor e democrático.

Referência nacional

A experiência foi idealizada e desenvolvida por Lucelaine Zampolin durante sua atuação na gestão da unidade escolar, envolvendo estudantes, educadores e famílias em atividades voltadas à educação para as relações étnico-raciais.

Com o reconhecimento, o município passa a integrar o Mapa de Experiências Inspiradoras de Educação Integral do Brasil, repositório nacional que reúne práticas educacionais consideradas inovadoras e transformadoras.

Sumaré descredencia creche após bebê ferido

A Prefeitura de Sumaré determinou o descredenciamento imediato da escola Pipa Amarela, localizada no Jardim Bom Retiro. A decisão foi tomada após uma bebê de 1 ano e 2 meses retornar para casa com diversas mordidas na região do rosto. A unidade de ensino operava em parceria com o Proeb (Bolsa-Creche), programa do município que firma convênios com instituições particulares para oferecer vagas a crianças da rede pública. A medida de romper o contrato foi anunciada pela administração municipal logo depois da conclusão de uma apuração técnica e jurídica sobre o ocorrido.

Denúncia e lesões

A mãe da menina denunciou a situação depois de buscar a filha na creche e notar os ferimentos em seu rosto. Conforme o relato dos familiares, a instituição de ensino comunicou o fato somente no horário da saída e minimizou a gravidade do caso. Diante disso, a responsável pela criança registrou um boletim de ocorrência e buscou socorro médico, sendo que o laudo apontou uma lesão perto do olho da bebê. Funcionários da escola alegaram à família que os ferimentos foram provocados por outra criança da unidade.

Falta de câmeras

A mãe também declarou que tentou compreender a dinâmica do episódio, mas foi informada de que não existiam câmeras de segurança instaladas nos espaços em que as crianças passam o dia. Segundo o relato, os aparelhos de monitoramento ficavam restritos apenas aos setores administrativos da escola. Após o ocorrido, as duas filhas da denunciante foram retiradas da instituição. O caso continua sendo investigado pelos órgãos competentes para esclarecer todas as circunstâncias do fato.

Transferências

Em nota oficial, o governo municipal reforçou que o descredenciamento ocorreu após as análises jurídica e técnica, ressaltando o compromisso com a proteção infantil e afirmando que casos graves não ficarão sem punição. Com o fim do vínculo, os repasses financeiros ao local foram interrompidos e novos alunos não serão enviados. Os estudantes estão sendo transferidos de forma prioritária para outras creches credenciadas pelo Proeb.